

LUCIANA ALVAREZ
MARCIO DOLZAN

Em Portugal, vigora uma lei que descriminaliza o consumo de drogas e a polícia deixou de prender usuários com pequenas quantidades de entorpecentes. Vigente desde 2001, a norma veio acompanhada por programas de prevenção ao vício e de redução de danos, como a substituição de heroína por metadona. Em vez da prisão ou do tribunal, dependentes químicos são encaminhados a comitês contra o vício.

A experiência portuguesa, apontada como exitosa até agora pela maior parte da literatura científica, foi citada mais de uma vez pelos juizes do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio, paralisado no mês passado após pedido de vista do ministro Dias Toffoli. O tema causa tensão entre a Corte e o Congresso.

O ministro Luís Roberto Barroso defendeu, por exemplo, o limite de porte de 25 g de maconha como parâmetro para definir o consumo próprio, referência semelhante à usada em Portugal. O magistrado considerou ser prudente seguir o modelo de um “país com bem sucedida experiência de mais de uma década na matéria”.

Já Kassio Nunes Marques fez ressalvas à iniciativa portuguesa, citando notícias sobre a preocupação com o aumento do uso de narcóticos no país europeu. Para ele, a descriminalização pode ter “consequências imprevisíveis sobre o consumo em locais públicos, principalmente em escolas e outros locais frequentados por crianças e adolescentes”.

A lei portuguesa descriminalizou o consumo com uma limitação de quantidade equivalente a 10 dias de uso, com proporções reguladas por portarias segundo cada tipo de substância. Para a erva *cannabis* (maconha), o limite é 25 g. Mas quem vender, oferecer, cultivar ou estiver em posse de volumes maiores do que os fixados pela lei segue sujeito a prisão. “Nada é legal; até a *cannabis* é proibida. Podem achar que somos mais tolerantes, mas temos uma lei proibicionista”, diz Jorge Quintas, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

ALEMANHA. Neste mês, passou a vigorar na Alemanha uma lei que também adotou o limite de 25 g na posse de maconha para adultos, para recreação. Ela permite que indivíduos cultivem até três plantas por conta própria. Os consumidores ainda precisarão esperar três meses para comprar maconha de maneira legal em “clubes so-

—Especialistas elogiam modelo que existe desde 2001, mas há várias ressalvas

A experiência de Portugal com drogas legalizadas

estadaodigital#wsmui



Um exemplo a ser seguido?
Ministros do Supremo citaram Portugal mais de uma vez durante julgamento sobre porte de maconha no Brasil

ciais de cannabis”. Residentes alemães com 18 anos ou mais poderão ingressar em “clubes” sem fins lucrativos com um máximo de 500 membros cada um, a partir de 1.º de julho.

Os indivíduos poderão comprar até 25 g por dia, ou um máximo de 50 g por mês — um número limitado a 30 g para menores de 21 anos. Não será permitida a associação a vários clubes.

CONTROVÉRSIA. Na época da mudança da lei, houve controvérsia em Portugal. “Os tribunais não eram capazes de resolver a questão nem eram o sítio apropriado para isso. Foi uma decisão que veio no final de longa discussão política, mas não sem polémica”, relembra Quintas. Em 2001, o premiê português era António Guterres, hoje secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Embora consumir não seja crime, não se pode usar livremente. Quem for pego com drogas, mesmo em pequena quantidade, é encaminhado a

uma comissão de dissuasão. “Seria algo como conduzir acima da velocidade: quem é pego não vai preso, mas recebe sanção”, explica o médico Manuel Cardoso, do Conselho Diretivo do Instituto para Comportamentos Aditivos e Dependências (Icad), ligado ao Ministério da Saúde.

Mesmo o mínimo
Embora consumir não seja crime, não se pode usar livremente. Quem for pego com drogas vai à comissão de dissuasão

“No caso das drogas, a pessoa tem de se apresentar à comissão, onde será ouvida por uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais da Psicologia, serviço social e um jurista. A ideia é entender as razões para o consumo, avaliar o risco de dependência, encaminhar para tratamento ou outras medidas”, acrescenta ele. Não é comum, mas pode haver a cobrança de uma multa.

O uso frequente de drogas ainda existe, mas em níveis menores do que na época em que era criminalizado. Comparado à média da União Europeia (UE), Portugal tem menor prevalência de consumo no último ano em toda substância ilícita pesquisada no European Drug Report. No caso da *cannabis*, consome-se metade dos valores de Espanha, França, Itália e Holanda.

A cocaína tem prevalência média de 0,4% entre as nações pesquisadas; entre os portugueses, é de 0,2%. Nas anfetaminas, a média dos 27 da UE é de 1,4%; em Portugal, ficou em 0,1%. No caso do ecstasy, o número geral é de 0,9%, mas a taxa lusitana ficou em 0,1%, o valor mais baixo do bloco.

Já a proporção de adultos que relatam uso de alguma droga ilícita ao longo da vida cresceu nos últimos 20 anos, mostram estudos. O Inquérito Nacional sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas pela População Geral, conduzido por pesquisadores da Universidade Nova de Lisboa, mostra elevação de 7,8% em 2001 para 12,8% em 2022.

FALTA DE VERBA. Uma queixa frequente, inclusive dos defensores da descriminalização, é o baixo financiamento público para o programa de apoio. Em 2012, o governo fez mudanças no sistema e muitas atividades foram terceirizadas para ONGs, e a verba usada no setor caiu para menos da meta-

de. A pandemia também exigiu mais do sistema de saúde e fragilizou o tratamento de vícios. “Nossa capacidade de dar resposta e o tempo para a resposta estão aquém do que precisaríamos”, diz Cardoso, do Icad.

Como resultado, as mortes por overdose voltaram a crescer e, em 2021 chegaram a 74, número mais alto desde 2009. No ano seguinte, o último para o qual se tem dados, foram 69 óbitos do tipo. Para Américo Nave, diretor da Associação Crescer, Portugal vive um crescimento do consumo de drogas nas ruas por falta de financiamento nos serviços de tratamento e redução de danos. “Uma pessoa que hoje pede uma consulta fica mais de 3 meses à espera. Às vezes, quando chega a consulta, a pessoa nem se lembra que havia pedido”, relata Nave.

A Crescer, que tem financiamento do Icad e dos municípios onde atua, acompanha cerca de 2 mil usuários de substâncias ilícitas no distrito de Lisboa. Tem equipes com psicólogos e assistentes sociais que vão aos locais onde há consumo de drogas, para oferecer seringas e cachimbos aos usuários. Depois, oferecem alternativas de vida. “Eles (as equipes) estabelecem uma relação com quem está a usar e, a partir disso, encaminham para estruturas de saúde, sociais, substituição por metadona e tratamento”, diz Nave.

Em geral, o primeiro con-